



TERRITORIALIZAÇÃO DAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS DO RECIFE: CONTRADIÇÕES NO ACESSO A ALIMENTOS DE QUALIDADE NA CIDADE

Maria Carolina França da Costa¹

INTRODUÇÃO

Inicialmente, a modernização do processo produtivo no espaço rural a partir de 1950, tornou-se uma aliada importante para o aumento da concentração fundiária, produzindo profundas transformações no país. A mobilização dos trabalhadores rurais para os centros urbanos durante o século XX foi resultado do desenvolvimento dos meios de produção no campo. Essa mobilização em massa direcionou os indivíduos para o trabalho industrial nas áreas urbanas, favorecendo a conformação do espaço metropolitano e, dentro dele, as periferias. O avanço da indústria moderna nos países considerados periféricos, seja no meio rural ou urbano, vendeu a promessa de mais empregos e melhor qualidade de vida. Essa narrativa mostrou-se falaciosa (Kurz, 1998), sendo tema de debate dentro da geografia, assim como também dentro das ciências sociais.

Nesse sentido, sobre essa questão, esse novo modelo de produção no espaço agrário, intitulado “Revolução Verde”, teve como principal característica a implementação de novas tecnologias utilizadas na Segunda Guerra Mundial², constituindo-se em novas formas de acumulação de capital no meio rural. Esse modelo mobilizou a mão de obra para a indústria urbana, por meio da supressão do direito à terra do camponês, obrigando-o a vender cada vez mais sua força de trabalho para o sistema capitalista. Ou seja, sua força de trabalho foi transformada em mercadoria, favorecendo de maneira crescente o processo de acumulação do capital nas cidades. As mudanças nas formas de exploração do trabalho, visando à acumulação crescente do capital ao longo dos séculos, reconfiguraram e influenciaram novas formas de reprodução camponesa. A união desse sujeito enquanto agente revolucionário e as novas formas

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Geografia (CCEN - PPGG) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Email: mariacarolinafrancacostaufpb@gmail.com.

² Algumas das tecnologias centrais da Revolução Verde têm origem — ou foram amplamente aprimoradas — durante o esforço militar da Segunda Guerra Mundial.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

de reconfiguração e resistência ao capital têm ressignificado a categoria do campesinato, despertando o sujeito político na luta pela preservação e fortalecimento dessa categoria na atualidade.

Com base nisso, a Agroecologia surge, inicialmente, com a proposta de incorporar o debate ecológico, uma vertente que não era tão trabalhada dentro da questão agrária. Considera-se, nesse contexto, a realidade e vivência da América Latina na produção de conhecimento, tendo como base um forte compromisso político de mudança da realidade social. Ela surge como esperança para o campesinato: esperança de um novo projeto de sociedade anticapitalista que sistematize, resgate e reúna conhecimentos milenares das populações tradicionais, originárias e afrodescendentes, os quais foram sendo expropriados ao longo do processo de exploração capitalista.

Diante disso, a noção de apropriação, Lefêbvre (2006), no que se refere ao processo efetivo de territorialização, assumindo uma dimensão concreta e simbólica do território, observa-se uma expansão da territorialização das feiras agroecológicas no Recife, bem como a presença da territorialidade camponesa nesses territórios, ou seja, o sujeito camponês trazendo consigo sua dimensão social e política da luta camponesa por meio dessa relação campo-cidade. É válido salientar que o processo de territorialização camponesa existente nesses espaços de comercialização não está desvinculado da lógica dominante do capital, sofrendo influências em diversos aspectos, que vão desde a produção até a comercialização desses alimentos. O sujeito social é forjado pelas relações sociais; dessa forma, é preciso analisar as relações camponesas articuladas com a influência do grande capital ao longo dos processos de reprodução, o que resulta em contradições e limitações que, ao invés de serem ignoradas ou negadas, precisam ser evidenciadas, discutidas e analisadas para, enfim, serem superadas.

Sendo assim, é necessário questionar: onde estão localizadas as feiras agroecológicas do Recife e quais grupos têm sido favorecidos em relação ao acesso a alimentos de qualidade na cidade? Com isso, teremos como objetivo principal analisar as contradições existentes nas feiras agroecológicas, especialmente no que diz respeito à localização desses circuitos. Para isso, será necessário: a) mapear os principais bairros que abrigam as agroecológicas da cidade do Recife; b) analisar a influência do grande capital sobre as formas de relações não capitalistas presentes nesses circuitos; e c) buscar problematizar quais grupos não têm tido acesso a alimentos agroecológicos no Recife e como essa realidade se relaciona com o Estado brasileiro capitalista.



Por seguinte, diante da crescente expansão da agroecologia na cidade, por meio dos circuitos de comercialização de alimentos agroecológicos, é fundamental realizar questionamentos relacionados à localização das feiras agroecológicas, bem como buscar dialogar sobre quais grupos de fato acessam esses alimentos, reafirmando o compromisso político com a construção de um novo projeto de sociedade anticapitalista, antipatriarcal e antirracista.

Ademais, a pesquisa contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

METODOLOGIA

Metodologicamente, amparado pelo método do materialismo histórico-dialético, o artigo foi desenvolvido com a realização de trabalho de campo, além de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, realizada por meio da leitura de livros, dissertações, teses e artigos científicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Kurz (1998), embora o avanço tecnológico e a introdução de novas técnicas no campo tenham sido intensificados pelo sistema produtor de mercadorias, tais transformações não resultaram em melhorias concretas no bem-estar alimentar da população – as pessoas responsáveis por administrar as empresas, por meio da racionalidade empresarial, não buscam que os assalariados conquistem mais espaço e/ou tempo livre através do aumento da produtividade tecnológica. O objetivo sempre foi visar à rentabilidade na produção, mesmo que isso signifique sacrificar empregos. A ideia equivocada de que a economia de mercado garantiria abundância de alimentos à sociedade foi progressivamente desmentida, uma vez que, com o passar das décadas, ocorreu justamente o oposto, revelando as contradições dessa lógica econômica. A trajetória histórica mundial, desde o século XVI, demonstra que o período moderno esteve marcado por um dos maiores episódios de escassez alimentar da história, ainda que, em determinados momentos, tenha se proposto a ampliar a oferta global de alimentos — o que, paradoxalmente, culminou na expansão da fome e da desnutrição nas décadas seguintes (Kurz, 1998). A modernidade, ao mesmo tempo em que elevou a produtividade agrícola a patamares inimagináveis, também submeteu milhões de pessoas a condições alimentares



precárias, ou mesmo à fome, atingindo números sem precedentes tanto em termos absolutos quanto relativos (Kurz, 1998).

Além disso, o desenvolvimento das forças produtivas vinculadas à economia liberal e globalizada de alimentos superou amplamente o crescimento demográfico mundial, tornando tecnicamente possível a alimentação plena da humanidade. Contudo, o obstáculo real à produção e à distribuição dos alimentos não reside na limitação agrícola, mas sim na forma econômica imposta pelo sistema capitalista de produção de mercadorias (Kurz, 1998). O acesso à comida, portanto, depende da capacidade de o trabalhador ser inserido de maneira rentável no processo produtivo; caso contrário, ele se torna supérfluo para a lógica de acumulação do capital (Kurz, 1998).

Por conseguinte, em “O mito da produtividade”, Robert Kurz (1996) desconstrói a narrativa de que o aumento da produção de bens de consumo implica necessariamente na ampliação do número de empregos. Muitos teóricos da economia moderna sustentavam que o objetivo central da produção seria atender à escassez de bens da população, porém, na prática, o que se observa é distinto: o foco tem sido a maximização do lucro empresarial por meio da redução dos custos produtivos. Em outras palavras, busca-se que a venda das mercadorias gere um lucro superior ao custos de produção (Kurz, 1996). A produção de bens de consumo, portanto, tem atendido prioritariamente aos interesses das empresas, que investem fortemente em avanços tecnológicos. Esse processo eleva a produtividade e, simultaneamente, aprofunda o desemprego estrutural (Kurz, 1966), pois mais máquinas substituem o trabalho vivo (Marx, 2017).

Dessa forma, ao relacionar a redução da jornada de trabalho com o aumento da produtividade, torna-se evidente a desproporção entre esses fenômenos: menos trabalhadores são responsáveis por uma quantidade crescente de produtos (Kurz, 1996). A composição orgânica do capital, isto é, a relação entre o capital constante e o capital variável (Marx, 2017), sofre alterações significativas nesse contexto. Essa transformação, impulsionada pela expansão do desemprego tecnológico (Kurz, 1996), reduz o poder de compra dos trabalhadores, que passam a ser considerados supérfluos e enfrentam dificuldades em vender sua força de trabalho como mercadoria. Dessa forma, a Terceira Revolução Industrial, em sua fase atual de intensificação tecnológica, caracteriza-se pela capacidade de economizar trabalho em proporções absolutas maiores do que o necessário para expandir o mercado de novos produtos. Ou seja, a racionalização produtiva supera a geração de empregos (Kurz, 1996).



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Com base nessa discussão, muitos se perguntam qual é a relação entre a fome e o desenvolvimento tecnológico no campo e na cidade. Essa relação é direta, visto que o desenvolvimento produtivo no espaço agrário retirou o emprego e o acesso à terra dos camponeses, deslocando-os e concentrando-os no espaço urbano, o qual, atualmente, não tem sido capaz de absorver esse contingente populacional no processo produtivo. As novas gerações residentes no espaço urbano têm sido obrigadas a desenvolver estratégias de sobrevivência na cidade. A flexibilização das leis trabalhistas, aliada à expansão do empreendedorismo, tem retirado das empresas as obrigações e direitos trabalhistas, fazendo com que os trabalhadores passem a atuar em regimes de exploração ainda mais intensos e desprovidos de direitos básicos. Essas transformações têm tornado cada vez mais precário o acesso à alimentação adequada por parte do povo negro, historicamente subalternizado pelo Estado e pelo setor privado.

Diante disso, tem sido importante entender melhor sobre como tem acontecido a dinâmica da produção de alimentos pelo Agronegócio no espaço agrário e como isso tem impactado o regime alimentar de quem está no campo e especialmente nos centros urbanos onde atualmente estão concentrados a grande massa populacional em termos demográficos. Diante da produção em larga escala de alimentos, o agronegócio tem se consolidado como uma expressão contemporânea do imperialismo no campo. Amparado por tecnologias avançadas, esse modelo de produção atua reforçando o monopólio de grandes corporações internacionais. Conforme apontam Delgado (2012 apud Mitidiero e Goldfarb, 2021, p. 5), “o agronegócio é um modelo de produção e gestão resultante da associação do capital agroindustrial nacional e internacional com a grande propriedade fundiária”. Na obra *O Agro não é tech, o Agro não é pop e muito menos tudo*, de Marco Mitidiero e Yamila Goldfarb (2021), os autores demonstram, com base em dados, que esse modelo produtivo, além de se revelar pouco eficiente, gera endividamentos constantemente por meio de vários financiamentos— e, em muitos casos, perdoados — pelo Estado brasileiro.

Muito se fala da importância do setor agropecuário na economia brasileira como um grande exportador de commodities responsável pela manutenção da balança comercial superavitária e da entrada de divisas no país. Por essa razão, ele é frequentemente visto como “motor” da nossa economia. Sobre outra perspectiva, também se fala de como esse setor avança pelos territórios gerando impactos ambientais destrutivos e conflitos sociais violentos contra os camponeses, povos indígenas, posseiros, sem terras e comunidades tradicionais. Essa realidade contraditória resulta de um pacto, que parece ser permanente e inabalável, entre o Estado brasileiro (e seus sucessivos governos) com o setor econômico agora denominado de “Agronegócio”. É esse pacto que assegura as contradições entre crescimento econômico atado, quase que unicamente, ao aumento dos lucros e das rendas e os impactos negativos, geradores de mazelas sociais e ambientais cada vez mais presente no cotidiano nacional (Goldfarb e Junior, 2025, p. 3).



Primeiramente, a dinâmica do mercado do agronegócio revela-se especialmente perversa quando se trata da produção de alimentos. Em períodos de supersafra, em que há excesso de determinadas colheitas, grandes quantidades de produtos agrícolas são destruídas deliberadamente para manter a regulação de preços (Kurz, 1998), prática que ainda persiste na atualidade. Além disso, a industrialização dos alimentos promove sua desnaturação, reduzindo os ingredientes essenciais e naturais em favor da rentabilidade, processo que falsifica a aparência de qualidade e contribui para o aumento de doenças e distúrbios alimentares na população (Kurz, 1998). Portanto, a busca incessante pelo lucro compromete a qualidade nutricional dos alimentos, levando a população contemporânea a consumir produtos que, segundo Robert Kurz (1998), um camponês medieval não daria sequer aos porcos.

Em seguida, as transformações nos modos de produção agrícola alteraram de forma substancial a relação da população com o alimento, obrigando-a a criar estratégias e a enfrentar dificuldades para sobreviver em meio a essa conjuntura de crise. Nesse cenário, observa-se o crescimento do consumo de alimentos ultraprocessados entre as famílias brasileiras. Em outras palavras, alimentar-se já não significa necessariamente ingerir nutrientes essenciais para manter um regime alimentar equilibrado e saudável. A comida industrializada, além de mais acessível e rápida de preparar — atendendo à dinâmica corrida do cotidiano — representando exatamente aquilo que o sistema econômico dominante considera indispensável em um mundo no qual a acumulação capitalista revela, de modo cada vez mais evidente, seu caráter explorador.

Posteriormente, foram surgindo saberes no meio científico, que têm como missão se contrapor à essa lógica de produção alimentícia, assumindo o compromisso de sistematizar e resgatar saberes milenares de produção atrelados à convivência com a natureza, sem destruí-la em prol da rentabilidade produtiva. Com isso, entre 1990 e os anos 2000, a Agroecologia consolida-se enquanto um ramo do saber científico, penetrando nos meios acadêmicos, porém sempre associada à prática e à dinâmica dos movimentos sociais e dos grupos marginalizados dentro das organizações sociais, especificamente na América Latina.

Entretanto, é válido salientar que as contradições não se restringem apenas às verticalidades; elas também se manifestam nas horizontalidades, como, por exemplo, na própria agroecologia, merecendo ser discutidas e enfrentadas para que possam ser superadas. O forte compromisso político e anticapitalista da agroecologia, voltado à transformação da realidade social, à configuração e à construção dos territórios, tem se desenvolvido de maneira contraditória e desigual. Sua produção — que, em muitos casos, provém de diversos municípios situados fora da região metropolitana — constitui-se como um resultado contraditório do



próprio processo de formação do capital, tornando a reprodução camponesa um produto subordinado à lógica de acumulação capitalista.

Assim, mas o que tudo isso tem a ver com a territorialização das feiras agroecológicas no Recife? A resposta é simples: tudo. A reprodução do campesinato em um país capitalista forja múltiplas características ao longo do processo produtivo, especialmente nas relações não capitalistas³ das quais o próprio sistema capitalista se alimenta e depende⁴. Com base nisso, abordaremos as contradições com base em dois eixos, a do preço dos alimentos agroecológicos e a da localização dessas feiras agroecológicas no Recife, com o intuito de discutir possíveis barreiras de acesso a uma alimentação agroecológica na cidade por parte da população negra e periférica.

Além disso, fundamentando e trazendo um apanhado geral sobre essa questão, o estudo relacionado à economia e ao acesso aos alimentos agroecológicos no Recife e em sua Região Metropolitana (RMR) tem sido pauta de estudos que buscam desmistificar a ideia de que os produtos agroecológicos são mais caros do que os convencionais. Por conseguinte, o estudo de Sá, Fantuzzi, Veras, Pinto e Motta (2018) sobre essa questão realizou um estudo comparativo dos preços de 20 alimentos entre supermercados convencionais, feiras livres tradicionais e feiras da Rede Espaço Agroecológico no Recife e Olinda. Esse estudo revelou que alguns alimentos convencionais em supermercados chegavam a ser 92% mais caros que os agroecológicos comercializados nas feiras, enquanto as feiras livres convencionais mostravam variação de 12% mais caras ou 6% mais baratas.

Outra pesquisa nesse segmento é o estudo do Serviço Social do Comércio (SESC) do Recife, em parceria com cooperativas associadas ao Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, que organizou feiras agroecológicas semanais em vários bairros. De acordo com a coordenadora da iniciativa, alguns produtos são vendidos por valores muito baixos, reforçando a vantagem econômica desses circuitos diretos para os consumidores, ou seja, sem a figura do

³ Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001 e 2013) reconhece como principais características das relações não capitalistas uma produção predominantemente voltada para a reprodução da família; o trabalho familiar como base da produção — ou seja, a ausência ou não predominância de trabalho assalariado; o controle direto dos meios de produção; a autonomia relativa frente ao mercado; a resistência estrutural ao avanço do capital; e a territorialidade própria.

⁴ Para Rosa Luxemburgo em “A Acumulação do Capital (The Accumulation of Capital, 1913) desenvolve a tese de que o capitalismo não consegue se reproduzir somente dentro de suas próprias fronteiras, dependendo estruturalmente de esferas não capitalistas para expandir e manter seu processo de acumulação.



atravessador⁵. O Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) também realizou uma pesquisa nessa área, embora houvesse uma grande confusão ao compreender alimentos orgânicos e agroecológicos como sinônimos. Essa pesquisa trabalhou especificamente com 17 feiras orgânicas e agroecológicas em Recife, identificando a presença de uma grande variedade de hortifrutis, reforçando, dessa forma, a relevância dessas feiras no espaço urbano.

Moreira, Fernandes e Martins (2018) analisou as motivações do público consumidor dessas feiras na cidade do Recife, na qual os sujeitos valorizam os aspectos relacionados à saúde por meio do consumo de alimentos saudáveis/sem veneno, bem como a grande proximidade entre produtores e consumidores, fortalecendo as relações por meio do laço entre a comida.

Por outro lado, Cavalcante de Sá, Veras, Pereira e Lucas (2015) discutiram os desafios referentes à acessibilidade das feiras no Recife, demarcando que, embora os alimentos agroecológicos não sejam necessariamente mais caros que os alimentos convencionais, a localização das feiras — na maioria das vezes em bairros de classe média — dificulta o acesso para populações mais populares, que reconhecemos enquanto a população periférica majoritariamente negra. Os autores apontam dificuldades logísticas para os agricultores relacionadas ao transporte e à infraestrutura que, no final do circuito, interferem diretamente nos preços desses alimentos.

Em suma, os alimentos agroecológicos comercializados nas feiras agroecológicas do Recife não se encontram acessíveis na porção periférica da cidade, a qual comporta as grandes massas de trabalhadores e população racializada de maneira subalternizada dentro da organização social. Embora não tenhamos encontrado pesquisas que afirmem que os preços desses alimentos também são um fator limitante para o acesso, é necessário que haja pesquisas de instituições e órgãos públicos e privados sobre essa questão, buscando constatar se realmente esses alimentos são acessíveis financeiramente para a classe trabalhadora que vive na periferia da cidade.

Aprofundando a análise, o processo de expansão das feiras agroecológicas na cidade para esse seguimento, é fundamental considerar a noção de apropriação no que tange o processo efetivo de territorialização, que assume uma dimensão concreta e simbólica do território (Lefèbvre, 2006), observando-se cada vez mais a presença de territorialidades camponesas na cidade do Recife por meio da expansão das feiras agroecológicas, que contam com camponeses

⁵ Ver: SESC PERNAMBUCO. Sesc promove feiras agroecológicas com valor a partir de R\$ 0,20. Recife, 20 ago. 2019. Disponível em: <https://www.sescpe.org.br/2019/08/20/sesc-promove-feiras-agroecologicas-com-valor-a-partir-de-r-020/>. Acesso em: 28 nov. 2025.



vindo majoritariamente da Zona da Mata e do Agreste pernambucano. Esse processo de territorialização tem acontecido de forma mais incisiva na última década, sendo importante compreender quais processos produtivos e quais elementos dentro do movimento histórico corroboraram para sua consolidação no espaço urbano.

Historicamente, o processo de expulsão em massa da população rural para as capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife etc. teve início a partir da década de 1950 por meio da implementação de tecnologias no espaço rural, apoiada pelo aumento da concentração fundiária e pela falta de políticas públicas voltadas para as propriedades camponesas. Esse movimento, conhecido como êxodo rural, intensificou-se a partir dos anos 1960, quando milhões de trabalhadores foram mobilizados em direção às cidades industrializadas. A partir disso, na década de 1980 já era possível observar que, embora o ritmo do êxodo rural continuasse, agora de forma menos intensa, as áreas urbanizadas já se tornavam majoritárias, visto que havia a concentração de um maior contingente populacional quando comparado com o espaço agrário.

Diante disso, mesmo com toda a expropriação que se intensifica a cada década e a cada avanço técnico no espaço agrário, a camada da população que permaneceu e ainda permanece se reproduzindo nesses espaços foi formando alianças e desenvolvendo mecanismos de resistência por meio das dimensões social, cultural, econômica e política da luta camponesa. Embora esses mecanismos de reprodução sejam importantes no atual contexto de exploração do capital, é importante salientar que, mesmo sendo as relações camponesas constituídas enquanto relações não capitalistas pela ausência do trabalho assalariado⁶, elas sofrem influência e interferência direta da lógica econômica capitalista desde a produção até a comercialização.

Conforme Oliveira (2002) nos ajuda a pensar o que foi dito anteriormente; para ele, o território é concebido como:

síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação (Oliveira, 2002:74).

Assim sendo o território se constitui:

produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. (...) Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. (...) a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento

⁶ Ver mais sobre relações não capitalistas de produção em Oliveira (2001 e 2013).



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção, reprodução. (...) Isso significa que, sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais, a produção é produto contraditório de constituição do capital e a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital (Oliveira, 2002:74-75).

A concepção de território em Oliveira (2002) revela que o espaço agrário é uma síntese contraditória resultante das relações sociais de produção, da ação do Estado e das disputas de classe. Sob o capitalismo, o território se configura a partir de um desenvolvimento desigual que articula valorização, produção e reprodução capitalista, expressando a materialidade das forças produtivas e suas mediações políticas, ideológicas e simbólicas. Isso significa que o território é o produto histórico da luta social, moldado pelos interesses e pela expansão da acumulação capitalista. Dito isso, a relação campo-cidade presente na territorialização camponesa por meio da expansão das feiras agroecológicas na cidade do Recife tem sido mediada pela lógica capitalista desde a produção nos territórios de origem camponesa até os territórios onde ocorre a distribuição dos alimentos.

Nesse contexto, a lógica de reprodução camponesa é profundamente influenciada pela forma como o território é estruturado. Embora o campesinato desenvolva práticas de trabalho não assalariada, sua permanência no campo ocorre em meio a contradições impostas pela territorialização do capital. Assim, a reprodução camponesa se realiza entre limites e possibilidades, sempre tensionada pela organização territorial capitalista e pelas estratégias de resistência que os camponeses constroem para assegurar sua continuidade no espaço agrário.

A expansão das feiras agroecológicas no Recife tem se apresentado como um forte movimento de potencial emancipatório, rompendo com a lógica capitalista no que se refere a como e onde comercializar alimentos sem veneno e de alta qualidade para a saúde da população. Sua lógica de produção e comercialização apresenta contradições e desigualdades, embora sua gestão se apresente enquanto um amplo processo revolucionário por meio da rebeldia e da contraposição à ordem estabelecida, possibilitando a construção de uma nova realidade como processo contínuo de (re)criação, (re)definição e (re)delimitação, que ainda sofre diretamente a influência do sistema metabólico do capital, composto pelo tripé: capital, trabalho assalariado e Estado. Dessa forma, “É absolutamente crucial reconhecer que o capital é um sistema metabólico, um sistema metabólico socioeconômico de controle” (Mészáros, 1995, p.131), sendo necessário eliminar esses elementos (Mészáros, 1995) para que sua influência seja combatida e para que as funções metabólicas da sociedade se transformem radicalmente.



Dando continuidade, observar-se como a interferência do Estado tem contribuído para o agravamento das mazelas que afetam a reprodução camponesa. O Estado brasileiro tem investido e financiado a vasta expansão do agronegócio voltado para a produção de commodities de maneira desproporcional (IBGE, 2017), quando comparado à agricultura camponesa – agora chamada de agricultura familiar pelos discursos ideológicos neoliberais –, destinando a menor parte dos financiamentos para esse setor. Isso tem colaborado para diversos tipos de exploração do latifúndio sobre as propriedades camponesas. Vejamos alguns casos: parcerias entre camponeses e empresas que comandam a circulação dos alimentos sempre favorecem o grande capital, em detrimento do camponês, por meio do controle monopolístico do território (Oliveira, 2016); a introdução de tecnologia no campo retira a autonomia camponesa, tornando-os bem mais vulneráveis e dependentes de quem vende tecnologia agrícola; o avanço do latifúndio sobre as terras camponesas – o que Oliveira (2016) chama de territorialização dos monopólios – passa a controlar cada vez mais as relações de produção por meio da concentração fundiária; a disponibilização de crédito às pequenas propriedades não considera a desvantagem frente à competição de mercado com os latifúndios; e a isenção de impostos na produção de commodities, fornecida pelo governo federal, não se aplica às variedades que fazem parte do regime alimentar das famílias brasileiras. Toda essa configuração leva o camponês a buscar estratégias para sobreviver ao longo dessa fase de acumulação ampliada do capital.

Esse cenário, torna-se ainda mais grave quando observamos que nossa economia, estruturada historicamente sobre uma lógica escravocrata, ainda espolia e explora populações afrodescendentes e indígenas, comandada por oligarquias que se mantêm até os dias atuais. Não é por acaso que a fome se reproduz mais ferozmente em lares chefiados por mulheres e homens negros (Rede PENSSAN, 2022); que a população carcerária brasileira é majoritariamente negra; ou que as profissões e cargos que mais remuneram sejam compostos por pessoas brancas, num país onde mais da metade da população é negra (IBGE, 2022). E, por fim, não é por acaso que as feiras agroecológicas da cidade do Recife estejam localizadas nos bairros da Boa Vista, Recife, Várzea, Aurora, Santo Amaro, Piedade, Boa Viagem, Cordeiro, Mangabeira, Espinheiro, Santo Antônio, Setúbal, Casa Amarela e Casa Forte. Ou seja, a territorialização das feiras não abrange a periferia da cidade, e isso precisa ser discutido com urgência.

Aqui no Brasil, o campesinato é bastante diversificado; sua constituição e reprodução aconteceram de várias formas distintas. A figura do camponês, por exemplo, ganha várias nomenclaturas, como boia-fria, colono, sitiante e posseiro. Dessa forma, resgatar e ressignificar



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

a cultura camponesa, indígena e quilombola, em prol de uma nova forma de reprodução do campesinato ligada às suas raízes, é fundamental na luta de enfrentamento contra o grande capital.

Nesse sentido, a produção agroecológica extrapola a dimensão meramente econômica; seus sujeitos sociais se organizam e reivindicam seu posto de protagonistas durante o processo produtivo de alimentos. Suas estratégias buscam promover projetos que tenham, em sua essência, a tomada de consciência ecológica, bem como estejam amparadas pelas implicações éticas relacionadas à saúde dos sujeitos, a partir do consumo de alimentos saudáveis. A Agroecologia tem ganhado cada vez mais força com o apoio da classe trabalhadora, juntamente com os movimentos sociais, apresentando-se como caminho e esperança durante a luta anticapitalista, ao fortalecer a autonomia relativa dos camponeses diante da disputa territorial contra o agronegócio, por meio da politização ecológica do alimento, segundo Freitas (2016).

Desde os anos 2000, as articulações e o movimento agroecológico têm conquistado cada vez mais espaço, com programas, projetos e leis voltados à legitimação da cultura camponesa no campo e na cidade. No estado de Pernambuco, por exemplo, há incentivos nas esferas federal, estadual e municipal. Os municípios de Bonito e Paulista possuem leis municipais de agroecologia que fomentam a produção agroecológica, orgânica e a alimentação saudável. Essas políticas têm favorecido cada vez mais a criação de circuitos de comercialização de alimentos agroecológicos na cidade do Recife. Municípios da Região Metropolitana, da Mata Norte e Sul e do Agreste pernambucano comercializam suas produções em pontos estratégicos da cidade. As estratégias de mercado referentes às feiras buscam a participação em programas que fomentem, qualifiquem e fortaleçam a produção agroecológica nos níveis federal, estadual e municipal. Outra estratégia está relacionada à visão de mercado voltada aos grandes centros urbanos. Os custos de uma produção que abdica do uso de tecnologias que manipulam, exploram e reduzem o tempo de reprodução da natureza envolvem mais trabalho vivo, o que gera mais valor, de acordo com a teoria do valor de Marx (2013). Além disso, o custo de escoamento da produção até a cidade eleva o preço dos alimentos, visto que o Estado brasileiro concentra seus investimentos no agronegócio, sucateando e limitando as relações logísticas de comercialização desses alimentos na cidade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, reconhecer a realidade brasileira no que tange à alimentação só é possível através de uma análise articulada com a totalidade dominante, bem como por meio de uma discussão racializada sobre o tema. Para falar de camponeses, de agricultura, de fome, é preciso falar sobre a população negra. Produzir conhecimento agroecológico relacionado às feiras agroecológicas nas cidades, sem problematizar sua localização e quais grupos têm acessado essa alimentação de qualidade, não ajuda muita coisa e, principalmente, contribui para manter as amarras coloniais sobre os corpos negros no que se refere à fome, amarras essas que Carolina Maria de Jesus (1960) reconhecia enquanto a escravatura atual.

Palavras-chave: Fome; Alimentação; Agronegócio; Campesinato; Agroecologia.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE DE SÁ, Gleyciane Ferreira; VERAS, Ana Letícia; PEREIRA, Jessica; LUCAS, Davi Fantuzzi. Economia solidária e as alternativas de comercialização: preços dos alimentos agroecológicos (orgânicos) – elementos para desconstrução de um mito. **Documento RD8**, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Org.). *Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo*. Brasília, DF: **Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”**, 2004. p. 53-89.

FREITAS, Eduardo Márcio de. Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas. **Revista Nera**, n. 31, p. 143-165, 2016.

GOLDFARB, Yamila; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Agro: um bom negócio para o Brasil? São Paulo: **Friedrich-Ebert-Stiftung (FES Brasil)**, 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017: características gerais das produções agropecuária e extrativista, segundo a cor ou raça do produtor e recortes territoriais específicos. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html>. Acesso em: 2 maio 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: população e domicílios. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=2102011>. Acesso em: 2 maio 2025.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Pesquisa Alimentos Orgânicos – Recife (PE): 17 feiras. **Revista do Idec**, ed. 162, fev. 2012. Disponível em: <https://www.idec.org.br/pdf/feiras-organicas-recife.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2025.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: **Francisco Alves**, 1960.

KURZ, Robert. Fome em abundância. 1998. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz24.htm>. Acesso em: 28 nov. 2025.

KURZ, Robert. O mito da produtividade. **Revista Krisis**, n. 1, 1996.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice C. M. Ribeiro. 2. ed. Belo Horizonte: **Editora UFMG**, 2006.

LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital. Rio de Janeiro: **Zahar**, 1985.

MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. Trad. Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: **Boitempo**, 2017.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle e Iraci D. Poleti. São Paulo: **Boitempo**, 2013.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição (Beyond Capital – Towards a Theory of Transition). 1. ed. São Paulo: **Boitempo**, 2012.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio; GOLDFARB, Yamila. O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo: mudança climática, energia e meio ambiente. São Paulo: **Friedrich-Ebert-Stiftung**, 2021. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>. Acesso em: 28 de nov. de 2025.

MOREIRA, Maria Elisa Tavares; FERNANDES, Raquel Aragão Uchoa; MARTINS, Marcelo Machado. Produtos orgânicos, agroecológicos e das feirinhas: narrativas sobre alimentação saudável na sociedade capitalista. In: **Anais do VI Congresso Latino-Americano de Agroecologia, X Congresso Brasileiro de Agroecologia**. Brasília: ABA-Agroecologia, 2018. p. [s/p].

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia das lutas no campo: conflitos e violência; movimentos sociais e resistência; os sem-terra e o neoliberalismo. 11. ed. rev. e ampl. São Paulo: **Contexto**, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Mundialização da Agricultura. São Paulo: **Iânde Editorial**, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão agrária no Brasil: atualidade e tendências. São Paulo: **Fundação Perseu Abramo**, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: teoria e poder. São Paulo: **Contexto**, 2013.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

REDE PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2. ed. São Paulo: **Rede PENSSAN**, 2022. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 15 maio 2022.

SÁ, Gleyciane; FANTUZZI, Davi; VERAS, Ana Letícia; PINTO, Júlio Cesar; MOTTA, Vivian Delfino. Análise comparativa de preço de alimentos convencionais e agroecológicos em Recife e Olinda/PE. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018.

SILVA, Andressa Serafim dos Santos. Feira agroecológica de economia solidária da UFPE/CCSA: percepções das consumidoras e consumidores de alimentos de base agroecológica. 2025. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVA, Gleyce Kelly de França; ROCHA, Laura Leandro da; FRANÇA, Natália Pereira; CASTELLO BRANCO, Thamyres Priscylla Silva de Oliveira. Perfil dos produtores rurais das feiras agroecológicas da cidade do Recife (PE). In: **Anais do Congresso de Biodiversidade, Valença**, 2024. ISBN 978-65-272-1260-7, 2025.